



Em  Sociedade

EPISTEMOLOGIA VIADA À BRASILEIRA: das disputas no campo científico à ressignificação de existências gays

BRAZILIAN GAY EPISTEMOLOGY: from disputes in the scientific field to the reinterpreting gay existences

Walter Aristóteles Oliveira Miez¹

¹ Doutor em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, especialista em Psicologia do Trânsito e graduado em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Desde 2016 compõe o Núcleo de Pesquisa Memórias, Representações e Práticas Sociais. Estuda questões de gênero, raça, classe e sexualidade dentro do campo da Psicologia Social. E-mail: waltermiez@gmail.com; Link do ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8160-3820>.



RESUMO

Este artigo analisa como a epistemologia viada à brasileira constitui uma perspectiva contra-hegemônica para compreender gênero, masculinidades e sexualidades na América Latina. Por meio de pesquisa bibliográfica, articula epistemologias viadas, estudos de gênero, teorias decoloniais e Psicologia crítica para demonstrar como a colonialidade, a cis-heteronormatividade e a masculinidade hegemônica regulam corpos, subjetividades e espacialidades sociais. O objetivo é compreender de que modo produções científicas construídas a partir de experiências dissidentes brasileiras desestabilizam regimes normativos de saber e ampliam possibilidades de existência e pertencimento. O estudo evidencia que esses dispositivos produzem hierarquias, exclusões e formas de subalternização, ao mesmo tempo em que outras experiências tensionam a neutralidade científica e ampliam os regimes de produção do conhecimento. O artigo defende uma ciência situada, ética e decolonial, que reconhece corpos dissidentes como sujeitos políticos e epistêmicos e fortalece a pluralidade de saberes, pertencimentos e formas de existência.

Palavras-chave: Masculinidade; Colonialidade; Gênero; Ciência; Epistemologia.

ABSTRACT

This article analyzes how Brazilian queer epistemology constitutes a counter-hegemonic perspective for understanding gender, masculinities, and sexualities in Latin America. Through bibliographic research, it articulates queer epistemologies, gender studies, decolonial theories, and critical psychology to demonstrate how coloniality, cis-heteronormativity, and hegemonic masculinity regulate bodies, subjectivities, and social spatialities. The objective is to understand how scientific productions constructed from Brazilian dissident experiences destabilize normative regimes of knowledge and expand possibilities of existence and belonging. The study shows that these devices produce hierarchies, exclusions, and forms of subalternation, while another experiences challenge scientific neutrality and expand regimes of knowledge production. The article advocates for a situated, ethical, and decolonial science that recognizes dissident bodies as political and epistemic subjects and strengthens the plurality of knowledge, belonging, and forms of existence.

Key words: Masculinity; Coloniality; Gender; Science; Epistemology.



INTRODUÇÃO

Ao longo da história, convenções sociais e processos de naturalização de determinadas ideias foram disseminados com o objetivo de regular comportamentos e silenciar modos dissidentes de pensar, existir e ocupar o mundo. Essas normas, legitimadas por instituições e estruturas de poder, organizam formas de sociabilidade, delimitam pertencimentos e produzem hierarquias sobre corpos, afetos e identidades. Questionar tais estruturas constitui, portanto, um gesto político e epistemológico profundamente transformador, especialmente quando voltado às experiências historicamente marginalizadas na América Latina.

Reconhecer que os sujeitos são constituídos por processos históricos, culturais e espaciais implica compreender que gênero, sexualidade e masculinidades não são expressões naturais, mas produções socioculturais atravessadas por relações de poder. Para homens gays latino-americanos, esse movimento torna-se ainda mais urgente, uma vez que suas existências são frequentemente atravessadas por dispositivos de controle sustentados pela cis-heteronormatividade, pela masculinidade hegemônica e pela colonialidade. Produzir conhecimento crítico a partir dessas experiências configura-se, assim, como prática de resistência, reexistência e disputa política no campo científico.

É nesse contexto que emergem as epistemologias contra-hegemônicas produzidas no Sul Global. A noção de “estudos viados”, discutida por Baydoun (2020), propõe uma produção científica crítica, localizada e socialmente implicada, que compreende a Ciência como ferramenta de denúncia e transformação social. Nessa perspectiva, o conhecimento não é neutro, universal ou desinteressado, mas localizado historicamente e territorialmente. Os estudos viados reivindicam o direito de corpos diversos e latino-americanos à produção de saber, desestabilizando a lógica colonial que universalizou determinadas perspectivas como legítimas e civilizadas.

A própria palavra “viado” carrega marcas históricas dessa disputa. Green (2019) aponta que o termo pode derivar de “desviado” ou “transviado”, bem como da associação ao personagem Bambi, cuja sensibilidade contrastava com os modelos rígidos da masculinidade normativa. Conforme Gonçalves (2023), o uso do termo como insulto evidencia mecanismos sociais de controle voltados à manutenção da heterossexualidade compulsória e da masculinidade hegemônica. Entretanto, processos contemporâneos de resignificação



transformaram o insulto em marcador identitário, afetivo e político, especialmente entre homens gays brasileiros (Dias; Mendonça; Medeiros, 2021). Assim como ocorreu com o termo queer, anteriormente utilizado de forma pejorativa e posteriormente apropriado politicamente, a linguagem torna-se território de disputa, resistência e construção de cidadania (Gonçalves, 2023).

Pensar essas dinâmicas exige compreender a cultura como sistema simbólico atravessado por relações de poder. Geertz (1989) define cultura como um conjunto de significados compartilhados socialmente; entretanto, tais significados também são produzidos por processos coloniais que inferiorizaram outras formas de existir e conhecer (Quijano, 2007). Nesse sentido, refletir sobre cultura implica refletir sobre colonialidade, espacialidade, produção de subjetividades e disputas pela legitimidade do saber, conforme apontam Adichie (2019) e Ribeiro (2022).

A colonialidade do poder organiza hierarquias sociais, raciais, sexuais e epistêmicas que ainda estruturam a América Latina. Essas tecnologias coloniais definem quais corpos possuem legitimidade, humanidade e reconhecimento social, produzindo exclusões e marginalizações persistentes (Quijano, 2007). Nesse cenário, os estudos sobre masculinidades dissidentes tornam-se fundamentais para compreender como normas de gênero operam territorialmente na regulação dos sujeitos e na organização das relações sociais.

Os processos de masculinização, especialmente no contexto latino-americano, são sustentados por ensinamentos culturais que atravessam gerações e organizam expectativas normativas sobre o que significa ser homem. A masculinidade hegemônica opera como modelo regulador das experiências afetivas, corporais e subjetivas, estruturando práticas de vigilância e punição contra masculinidades não hegemônicas (Connell; Messerschmidt, 2013). Conforme Scott (1995), o gênero constitui um sistema relacional e socialmente construído, organizado por símbolos, códigos e relações de poder. Nesse arranjo, a cis-heteronormatividade estabelece parâmetros de inteligibilidade dos corpos, enquanto a homofobia atua como dispositivo disciplinador de sujeitos que rompem com tais prescrições (Louro, 2000; Jesus, 2012; Rodriguez, 2019).

As epistemologias viadas emergem justamente como formas de enfrentamento dessas estruturas. Ao produzirem conhecimento a partir das experiências de homens gays brasileiros e



latino-americanos, deslocam a centralidade da norma e reivindicam a legitimidade de saberes produzidos nas margens. Mais do que promover visibilidade, essas epistemologias denunciam os efeitos da colonialidade sobre gênero, sexualidade e subjetividade, construindo alternativas críticas para pensar cultura, território e pertencimento.

Diante disso, este artigo tem como objetivo discutir como epistemologias viadas produzidas no contexto brasileiro contribuem para a construção de perspectivas contra-hegemônicas sobre masculinidade, colonialidade, cultura e produção científica. Busca-se compreender de que maneira essas epistemologias operam como formas de resistência política, produção de cidadania e ampliação das possibilidades de existência para sujeitos fora da norma.

O trabalho parte da compreensão de que gênero e sexualidade são fenômenos inseparáveis das relações espaciais, culturais e políticas que organizam a vida social na América Latina. Assim, discutir masculinidades, colonialidade e epistemologias contra-hegemônicas implica também refletir sobre os modos como territórios, culturas e instituições regulam corpos e subjetividades.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em referenciais das epistemologias viadas, estudos de gênero, teorias decoloniais e perspectivas críticas da Psicologia Social. Conforme Gil (2008), a pesquisa bibliográfica possibilita analisar criticamente produções já existentes, permitindo novas interpretações sobre fenômenos socioculturais. Já Severino (2017) ressalta que a revisão bibliográfica ultrapassa a simples descrição de conteúdos, constituindo um processo analítico comprometido com interpretações contextualizadas da realidade social. Nesse sentido, o artigo organiza-se em três eixos centrais: (1) a masculinização de homens na cultura; (2) cultura e colonialidade, abordando cultura, colonialidade do poder e colonialidade de gênero; e (3) epistemologia viada à brasileira.

Ao assumir a Ciência como campo de disputa política, este trabalho reivindica a produção de conhecimento a partir das experiências diversas brasileiras e latino-americanas, compreendendo que promover cidadania para corpos desviantes envolve disputar os sentidos sobre masculinidade, cultura, território e pertencimento no contexto da América Latina. Conforme aponta Miez (2024; 2026), produções científicas localizadas possuem impacto político ao tensionarem estruturas históricas de silenciamento e subalternização. Assim,



promover epistemologias viadas é também construir espaços de reexistência, resistência e transformação social.

2 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como um ensaio teórico, desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica qualitativa e orientado por uma abordagem crítico-reflexiva. Diferentemente de uma revisão sistemática ou de uma revisão integrativa, o objetivo não foi mapear exhaustivamente a produção científica sobre o tema, mas construir uma interpretação analítica a partir do diálogo entre diferentes tradições teóricas que discutem gênero, sexualidade, colonialidade e produção do conhecimento. A pesquisa bibliográfica constitui, portanto, o procedimento metodológico de levantamento e seleção das obras, enquanto o ensaio teórico corresponde à estratégia de elaboração conceitual e articulação crítica entre os referenciais (Gil, 2008; Severino, 2017).

A escolha por uma perspectiva crítico-reflexiva parte do entendimento de que a produção científica não é neutra, mas atravessada por relações históricas, culturais, espaciais e políticas que organizam regimes de verdade, legitimidade e exclusão. Nesse sentido, o trabalho assume uma postura epistemológica comprometida com a problematização das estruturas cis-heteronormativas, coloniais e hegemônicas que regulam corpos, subjetividades e espacialidades múltiplas no contexto brasileiro. Conforme Minayo (2014), a pesquisa qualitativa possibilita compreender dimensões simbólicas, históricas e socioculturais dos fenômenos humanos, considerando os sentidos produzidos pelos sujeitos em seus contextos de existência.

O corpus bibliográfico foi composto por livros, artigos científicos e capítulos de livros reconhecidos pela relevância nos debates sobre epistemologias viadas, epistemologias feministas, teoria queer, estudos decoloniais latino-americanos, masculinidades, colonialidade do poder e colonialidade de gênero. A seleção ocorreu por critérios de pertinência temática, contribuição conceitual e centralidade dos autores para a discussão proposta, priorizando produções brasileiras e latino-americanas que abordam as experiências de sujeitos dissidentes e os processos de produção de conhecimento.

O percurso analítico foi organizado em três etapas. Na primeira, realizou-se a leitura exploratória e o agrupamento das obras segundo núcleos temáticos recorrentes: masculinidades,



colonialidade, espacialidades e epistemologias insurgentes. Na segunda etapa, procedeu-se à leitura analítica, identificando conceitos, convergências, divergências e tensões entre os referenciais, especialmente quanto às diferentes compreensões de ciência contra-hegemônica, dissidência sexual e produção do conhecimento. Tal triagem foi fundamental para a seleção de trabalhos que contribuíssem para debates relacionando o tema a elementos do Sul Global e, sobretudo Brasil, proposta central desse trabalho. Por fim, desenvolveu-se uma síntese interpretativa, articulando essas contribuições para a formulação da categoria epistemologia viada à brasileira como ferramenta analítica para compreender os processos de masculinização, regulação dos corpos e disputas epistemológicas no contexto brasileiro.

A construção da análise foi orientada por uma perspectiva qualitativa que compreende o conhecimento como historicamente atravessado por relações de poder, recusando a ideia de neutralidade científica (Minayo, 2014). Nesse sentido, buscou-se interpretar como a colonialidade, a cis-heteronormatividade e a masculinidade hegemônica estruturam regimes de saber e legitimidade, ao mesmo tempo em que produções científicas elaboradas a partir de experiências diversas inauguram possibilidades de leitura rebeldes.

O artigo organiza-se a partir de três eixos centrais de discussão. O primeiro eixo aborda a masculinização de homens na cultura, refletindo sobre os processos socioculturais de construção das masculinidades e seus atravessamentos cis-heteronormativos. O segundo eixo discute as relações entre cultura e colonialidade, compreendendo a cultura enquanto sistema simbólico de produção de sentidos, temporalidades, espacialidades e relações de poder na constituição do sujeito social. Nesse ponto, mobilizam-se especialmente os conceitos de colonialidade do poder e colonialidade de gênero para problematizar a organização hierárquica das masculinidades e sexualidades no contexto latino-americano. O terceiro eixo desenvolve a noção de epistemologia viada à brasileira enquanto perspectiva contra-hegemônica de produção do conhecimento, analisando como experiências dissidentes produzem deslocamentos epistemológicos, tensionam modelos científicos universalizantes e constroem espaços de reexistência no Brasil.

A estratégia analítica consistiu na articulação entre os referenciais selecionados, buscando identificar aproximações, tensões e contribuições teóricas para a compreensão das epistemologias viadas como ferramenta política, espacial e epistemológica de enfrentamento às



estruturas hegemônicas de produção do saber. Assim, o estudo não pretende realizar uma revisão sistemática da literatura, mas desenvolver uma reflexão acerca das relações entre masculinidade, colonialidade, espacialidade, cultura e ciência, evidenciando os impactos dessas estruturas sobre as experiências insurgentes e sobre a construção de espaços de reconhecimento, pertencimento e reexistência.

3 A MASCULINIZAÇÃO DE HOMENS NA CULTURA

Investigar os processos de masculinização de homens brasileiros e latino-americanos permite compreender as dinâmicas socioculturais, espaciais e relacionais que organizam a constituição das identidades no contexto do Sul Global. As masculinidades não se formam de maneira isolada, mas são produzidas em territórios, instituições, relações de poder e práticas culturais que regulam corpos, afetos e modos de existência. Nesse sentido, analisar a masculinização masculina implica compreender como gênero, cultura e colonialidade operam conjuntamente na produção de subjetividades e hierarquias sociais na América Latina.

A cultura, conforme propõe Geertz (1989), constitui um sistema simbólico por meio do qual os sujeitos interpretam e atribuem sentidos ao mundo. Contudo, os processos culturais não são neutros; eles são atravessados por dispositivos de poder que classificam, organizam e hierarquizam formas de viver, ocupar espaços e construir identidades. Assim, compreender a masculinização dos homens brasileiros exige reconhecer que os modelos de masculinidade foram historicamente produzidos por relações coloniais, raciais e cis-heteronormativas que ainda estruturam a organização social latino-americana.

Como nos conta Miez (2024; 2026), a produção científica deve reconhecer seu lugar de enunciação e os interesses políticos que mobiliza. Dessa maneira, produzir conhecimento sobre masculinidades dissidentes no Brasil significa deslocar a centralidade de perspectivas universalizantes e reconhecer corpos diversos como sujeitos legítimos da produção do saber. Trata-se de uma epistemologia contra-hegemônica à brasileira, comprometida com a crítica às estruturas que regulam gênero, sexualidade e pertencimento social.

Conforme discutem Quijano (2007) e Santos e Santana (2022), a colonialidade constitui um projeto de poder que racializa sujeitos, estabelece regimes de biopoder e define quais vidas



possuem legitimidade histórica, política e social. A colonialidade organiza modos de existir, regula corpos e produz hierarquias raciais, sexuais e epistêmicas, sustentando a modernidade ocidental como paradigma universal. Nesse contexto, a masculinidade hegemônica emerge como uma tecnologia colonial de controle que organiza comportamentos, afetos e performances de gênero.

As invasões coloniais instauradas a partir do século XVI produziram mecanismos globais de dominação sustentados por lógicas racistas, sexistas e capitalistas, que continuam organizando espacialidades, relações sociais e modos de vida na contemporaneidade (Quijano, 2007; Santos; Santana, 2022). Assim, pensar masculinidades gays latino-americanas implica refletir sobre os modos pelos quais a colonialidade regula existências, produzindo disputas permanentes por reconhecimento, pertencimento e cidadania.

Ainda hoje, corpos, identidades e sexualidades permanecem submetidos a expectativas de gênero alinhadas a interesses coloniais e normativos (Cadilhe, 2022; Mazzaro, 2022). Nesse cenário, discutir colonialidade de gênero permite compreender como as masculinidades são continuamente mantidas, negociadas e contestadas nos diferentes espaços sociais. Essa perspectiva desloca a produção científica de um modelo neutro e universalizante para uma abordagem crítica e insurgente, comprometida com a valorização de experiências diversas e latino-americanas.

As normas de gênero direcionadas aos homens são sustentadas por uma matriz cis-heteronormativa que organiza práticas sociais e regula modos legítimos de existir. Nesse sistema, a masculinidade hegemônica opera como referência normativa para os processos de masculinização e heterossexualização de sujeitos designados como homens, estabelecendo padrões de comportamento, desejo e poder (Butler, 2003; Trindade; Nascimento, 2004; Connell; Messerschmidt, 2013; Rodriguez, 2019). A epistemologia viada, ao tensionar essas normas, questiona a naturalização do masculino como categoria universal e desestabiliza os dispositivos que sustentam sua hegemonia.

A masculinidade hegemônica garante privilégios sociais àqueles reconhecidos como homens, mas também produz subjetividades marcadas por rigidez, vigilância e sofrimento. Essa lógica exige constante reafirmação da virilidade, rejeição de elementos associados ao feminino e adequação a modelos estereotipados de gênero (Lattanzio, 2011; Silva, 2000; Trindade;



Nascimento, 2004; Connell; Messerschmidt, 2013; Rodriguez, 2019). Dessa forma, os processos de masculinização tornam-se mecanismos de controle social e afetivo que limitam experiências dissidentes e restringem possibilidades de existência.

Embora esses modelos produzam sofrimento para diversos homens, a punição social torna-se ainda mais intensa para aqueles que rompem com os signos da masculinidade normativa, como homens gays cisgêneros. Mesmo quando reproduzem elementos da masculinidade hegemônica, suas existências deslocam-se do ideal esperado para o masculino, ameaçando alianças simbólicas que sustentam privilégios heterossexuais e patriarcais (Lattanzio, 2011; Oliveira, 2018; Silva, 2000; Trindade; Nascimento, 2004; Connell; Messerschmidt, 2013; Rodriguez, 2019).

Nesse contexto, a homofobia atua como tecnologia de regulação social, produzindo mecanismos de vigilância, punição e desqualificação dirigidos às masculinidades não hegemônicas. Ao associar homens gays a elementos historicamente vinculados ao feminino, a homofobia reforça a subalternização dessas existências e reafirma a autoridade do modelo heterossexual de masculinidade (Oliveira, 2018; Trindade; Nascimento, 2004). Assim, as experiências gays tornam-se atravessadas por disputas de legitimidade que operam tanto no plano simbólico quanto na organização concreta dos espaços sociais.

O processo de masculinização de sujeitos designados como homens implica, portanto, a produção de subjetividades limitadas pela vigilância normativa e pela restrição das possibilidades de autonegação. A masculinidade hegemônica delimita quais experiências são consideradas legítimas, produzindo mecanismos de punição e violência direcionados aos sujeitos que desafiam tais expectativas (Oliveira, 2018; Silva, 2000; Toneli; Becker, 2010; Trindade; Nascimento, 2004; Connell; Messerschmidt, 2013; Rodriguez, 2019). Nesse sentido, violência e sofrimento tornam-se elementos estruturantes da manutenção da matriz cis-heteronormativa.

Diante desse cenário, este trabalho propõe uma produção de conhecimento comprometida com o reconhecimento do valor epistêmico das experiências dissidentes brasileiras e latino-americanas. Buscamos nesse trabalho afirmar uma Ciência contra-hegemônica, capaz de ampliar as possibilidades de existência, pertencimento e cidadania para corpos historicamente marginalizados.



Compreendemos que os processos de socialização masculina sustentados pela masculinidade hegemônica produzem sofrimento psíquico e diferentes formas de violência relacional (Lattanzio, 2011; Minayo, 2005; Silva, 2000; Connell; Messerschmidt, 2013; Rodriguez, 2019). Assim, problematizar essas estruturas não constitui apenas uma tarefa analítica, mas um posicionamento político e epistemológico voltado à construção de espaços mais habitáveis para existências diversas na América Latina.

4 CULTURA E COLONIALIDADE

Nascer em um território específico, falar determinada língua, possuir uma cor de pele, um gênero atribuído socialmente, seguir ou não uma religião, crescer em uma configuração familiar e classe social particular: todos esses elementos participam da constituição simbólica dos sujeitos e organizam modos de pertencimento, circulação e existência no mundo. A cultura, nesse contexto, opera como campo de significados compartilhados que estrutura formas de interpretar a realidade, produzir vínculos sociais e disputar sentidos sobre identidade, diferença e legitimidade.

No contexto latino-americano, tais processos não podem ser dissociados das marcas históricas da colonização e das relações de poder que atravessam os territórios, os corpos e as subjetividades. A cultura não representa apenas um conjunto de tradições ou costumes, mas um espaço de disputa política e epistemológica, onde determinados modos de existir são legitimados enquanto outros são inferiorizados, silenciados ou marginalizados.

Ribeiro (2022) destaca que é por meio da cultura, entendida como memória coletiva em permanente reelaboração, que aprendemos a interpretar e organizar o mundo social. Não ingressamos na vida social como sujeitos neutros; ao contrário, somos inseridos em estruturas historicamente constituídas, atravessadas por normas, expectativas, valores e hierarquias que moldam nossas experiências cotidianas. Aprendemos a ocupar espaços, a vestir o corpo, a performar gênero, a regular afetos e a estabelecer relações conforme padrões culturais que antecedem nossa própria existência. Assim, cultura e poder tornam-se dimensões inseparáveis.

Como apontam Adichie (2019) e Ribeiro (2022), resistir aos processos de apagamento e discriminação exige confrontar os perigos da narrativa única e questionar os mecanismos que naturalizam determinadas formas de vida como universais. Nesse sentido, discutir cultura



implica analisar os dispositivos de poder que organizam as sociedades e regulam modos de pertencimento social, especialmente em contextos marcados pela colonialidade.

4.1 Cultura: símbolos, tempo, espaço e poder na formação do sujeito social

A cultura constitui-se como um sistema simbólico atravessado por relações temporais, espaciais e políticas. Ela organiza práticas sociais, afetos, memórias e formas de compreender o mundo a partir de contextos históricos específicos. Geertz (1989) afirma que os sujeitos estão suspensos em redes de significados socialmente construídas, de modo que compreender a cultura exige interpretar os sentidos produzidos em determinado contexto histórico e territorial.

As práticas culturais, os rituais, as linguagens e os costumes não são universais nem imutáveis; ao contrário, transformam-se conforme as disputas sociais e as relações de poder que atravessam os grupos humanos. Os processos culturais e de construção de memória dependem das dinâmicas temporais e espaciais que organizam as experiências coletivas e as diferentes leituras de mundo produzidas em cada sociedade (Jodelet, 1998).

A clássica definição de cultura formulada por Edward Tylor compreende-a como o “complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes e outras capacidades adquiridas pelo homem como membro da sociedade” (Tylor, 1981, p. 1). Geertz (1989), ao retomar essa formulação, acrescenta que a cultura também opera como mecanismo simbólico de controle social, regulando comportamentos, subjetividades e formas legítimas de existência por meio de discursos, objetos, símbolos e práticas cotidianas.

Esses processos de internalização cultural acontecem de maneira difusa, atravessando experiências cotidianas e ensinando continuamente modos de ser, ocupar espaços e se relacionar socialmente. No contexto colonial latino-americano, diferentes povos tiveram seus repertórios culturais deslegitimados e destruídos sob a justificativa civilizatória da modernidade ocidental. A colonização impôs modos de vida europeus como universais, promovendo o apagamento sistemático de saberes, cosmologias, territorialidades e formas de existência dos povos colonizados.

Nesse sentido, compreender a colonização como tecnologia de exploração, dominação e reorganização espacial constitui uma estratégia fundamental de resistência. Mais do que



reconhecer a colonização enquanto evento histórico, torna-se necessário problematizar as tecnologias de poder que continuam regulando corpos, saberes, identidades e subjetividades na contemporaneidade.

O epistemicídio representa um dos principais mecanismos desse processo colonial. Conforme Almeida (2022), o epistemicídio refere-se à destruição sistemática das formas de conhecimento produzidas por povos racializados e subalternizados, considerados inferiores pela racionalidade colonial. Trata-se de um processo que nega legitimidade às epistemologias dissidentes e transforma determinados saberes em expressões “arcaicas”, “irracionais” ou “não científicas”. Como afirma Almeida (2022, p. 165), o epistemicídio destitui o Outro de sua condição de sujeito produtor de conhecimento.

A partir dessa perspectiva, uma produção científica contra-hegemônica torna-se essencial para enfrentar os efeitos históricos da colonialidade sobre os corpos, os territórios e as formas de existência na América Latina. Produzir conhecimento a partir das experiências insurgentes brasileiras e latino-americanas implica questionar as hierarquias epistêmicas que sustentam a modernidade colonial e reconhecer a legitimidade de saberes historicamente marginalizados.

É nesse cenário que as epistemologias viadas emergem como possibilidade de resistência. Ao tensionarem os regimes normativos de gênero, sexualidade e produção científica, essas epistemologias reivindicam outras formas de construir conhecimento, valorizando afetos, territorialidades e modos outros de existir. Assim, a produção científica proposta neste trabalho busca compreender cultura e colonialidade não apenas como categorias analíticas, mas como dimensões concretas que organizam subjetividades, espacialidades e relações de poder no contexto latino-americano.

4.2 Colonialidade de poder

A constituição histórica da América Latina está profundamente marcada por processos de invasão, expropriação territorial e violência colonial. Há mais de cinco séculos, povos originários foram destituídos de suas terras, escravizados, assassinados e tiveram suas culturas inferiorizadas pela expansão europeia. Como argumenta Quijano (2007), esse projeto instaurou



uma lógica de dominação que organizou o mundo a partir de hierarquias raciais, culturais e econômicas, sustentadas pela colonialidade do poder. Nesse processo, território, raça, trabalho e produção de subjetividades tornaram-se dimensões centrais da consolidação do capitalismo moderno.

No campo das discussões latino-americanas sobre gênero e sexualidade, compreender a colonialidade implica reconhecer que os espaços sociais não são neutros. Eles são produzidos por relações históricas de poder que regulam corpos, afetos, identidades e formas legítimas de existência. Assim, os territórios latino-americanos foram organizados segundo parâmetros europeus que instituíram modos específicos de viver gênero, sexualidade, família, religião e trabalho, naturalizando a supremacia branca, cristã, patriarcal e cis-heteronormativa.

É importante distinguir colonialismo e colonialidade. Enquanto o colonialismo corresponde ao modelo político-econômico que estruturou as relações entre colônias e metrópoles, a colonialidade refere-se à permanência de hierarquias e padrões de dominação mesmo após o fim formal da colonização (Santos; Santana, 2022). Trata-se da continuidade de formas de controle que operam através da raça, do gênero, da sexualidade, da divisão internacional do trabalho e da produção do conhecimento.

A própria nomeação “América Latina” evidencia marcas desse processo. Prado e Pellegrino (2014) observam que a denominação deriva de uma lógica geopolítica europeia vinculada à figura de Américo Vespúcio. Em contraposição, Lélia Gonzalez (2020) propõe o conceito de “Améfrica Ladina”, deslocando o olhar colonial e enfatizando as contribuições africanas e indígenas na constituição histórica, cultural e territorial da região. Essa perspectiva permite compreender a América Latina não como extensão da Europa, mas como espaço atravessado por experiências próprias de resistência, deslocamento e produção cultural.

Nesse sentido, a colonialidade também organiza espacialmente as relações sociais, definindo quais corpos podem ocupar determinados territórios, circular livremente e produzir legitimamente conhecimento. Veronelli (2019) aponta que o sujeito universal da modernidade colonial é branco, masculino, cristão, burguês, heterossexual e fisicamente apto. Tal normatividade produz mecanismos de exclusão que posicionam corpos dissidentes como inferiores, desviantes ou inadequados aos espaços de poder.



As discussões sobre afrolatinidade reforçam esse debate ao evidenciar que os territórios latino-americanos são atravessados por memórias da diáspora africana, pela violência escravista e por permanentes estratégias de resistência cultural e política (Ferreira, 2022). Assim, pensar masculinidades não hegemônicas no Brasil exige compreender como raça, sexualidade, classe e território se articulam na produção das experiências sociais.

Conforme Quijano (2007), raça, gênero e trabalho permanecem como categorias fundamentais de controle social. A colonialidade não pertence apenas ao passado colonial; ela segue estruturando instituições, linguagens, espacialidades urbanas, relações afetivas e formas de reconhecimento social.

Nesse contexto, tornar-se homem no Brasil ultrapassa uma dimensão exclusivamente individual ou biológica. Trata-se de um processo social e territorializado, atravessado por normas, violências de gênero e dispositivos coloniais que regulam os modos legítimos de existir. As masculinidades não padrão ocupam, frequentemente, espaços marcados pela precarização, pelo silenciamento e pela vigilância social. Produzir conhecimento a partir dessas experiências constitui, portanto, uma forma de resistência epistemológica e política frente às estruturas coloniais que historicamente interditaram corpos, desejos e subjetividades latino-americanas.

4.3 Colonialidade de gênero e masculinidades

Compreender o gênero exige afastá-lo de qualquer pretensão de neutralidade biológica e reconhecê-lo como construção histórica, cultural e performativa. Conforme Scott (1995), o gênero organiza simbolicamente as relações sociais, atribuindo sentidos aos corpos e produzindo expectativas sobre modos legítimos de existir. A partir de marcadores corporais, como genitália e cromossomos, constroem-se narrativas que regulam comportamentos, afetos e identidades, naturalizando posições sociais e instituindo modelos normativos de masculinidade e feminilidade.

No contexto latino-americano, essas normas não podem ser dissociadas da colonialidade. A colonização não operou apenas pela ocupação territorial e exploração econômica, mas também pela imposição de classificações epistêmicas e subjetivas que



reorganizaram as formas de viver gênero e sexualidade. A lógica colonial estruturou o mundo por meio de binarismos hierarquizantes, civilizado/bárbaro, branco/não branco, homem/não homem, masculino/feminino, produzindo regimes de exclusão que seguem organizando as relações sociais e espaciais na contemporaneidade.

Quijano (2007) demonstra que a colonialidade do poder atua através de dispositivos que atravessam o trabalho, a sexualidade, a subjetividade e o controle social. Nesse sentido, gênero e sexualidade constituem dimensões fundamentais da manutenção das hierarquias coloniais, operando como mecanismos de regulação dos corpos e dos modos legítimos de ocupação dos espaços sociais. As cidades, os territórios e as instituições tornam-se, assim, espaços atravessados por normas que delimitam quais existências podem circular, pertencer e ser reconhecidas como humanas.

A epistemologia viada à brasileira emerge, nesse cenário, como ferramenta teórica e política de questionamento dessas normas, desestabilizando consensos que naturalizam performances masculinas e femininas como expressões universais e imutáveis.

A masculinização pode ser compreendida, portanto, como um projeto disciplinador que organiza corpos, afetos e subjetividades segundo uma gramática colonial e cis-heteronormativa. Desde o nascimento, os sujeitos são inseridos em sistemas simbólicos que antecedem sua própria experiência: nomes, roupas, brinquedos, gestos, afetos permitidos e formas esperadas de comportamento passam a orientar os processos de socialização (Cadilhe, 2022). Esses códigos não apenas produzem identidades, mas também legitimam violências contra aqueles que desafiam as normas de gênero e sexualidade impostas socialmente.

A colonialidade do ser e do saber se evidencia quando determinadas masculinidades são tomadas como referência universal de humanidade. O masculino branco, heterossexual, cristão, viril e ocidental é historicamente produzido como modelo legítimo, enquanto masculinidades dissidentes são posicionadas em lugares de subalternidade. Descolonizar o gênero implica, portanto, abrir espaço para outras formas de existência masculina: masculinidades negras, periféricas, viadas, feminilizadas, que historicamente tiveram seus saberes e modos de vida silenciados.

Nesse contexto, a epistemologia viada não busca adequação às normas hegemônicas, mas sua problematização. Trata-se de uma perspectiva que denuncia silenciamentos históricos



e reivindica formas de produção científica comprometidas com experiências não normativas no Sul Global. Ao deslocar esses corpos da posição de objeto para a de sujeitos do conhecimento, essa epistemologia desafia os modelos universais de ciência e amplia as possibilidades de compreensão sobre gênero, sexualidade e território.

Produzir outras masculinidades exige, assim, tensionar as estruturas da colonialidade e questionar as espacialidades normativas que regulam corpos e subjetividades. A construção de espaços de existência não colonizados constitui um processo de resistência frente às lógicas que historicamente interditaram determinadas experiências. Como propõe a epistemologia viada à brasileira, não há caminhos lineares para essa transformação, mas travessias. Cada corpo dissidente que ocupa espaços historicamente negados, cada afeto que resiste à normatividade e cada produção científica comprometida com perspectivas contra-hegemônicas configuram formas de enfrentamento à colonialidade e afirmação de outras possibilidades de vida.

5 EPISTEMOLOGIA VIADA À BRASILEIRA

Baydoun (2020) propõe a construção de uma epistemologia viada no contexto brasileiro, alicerçada na recusa de uma produção científica que se sustenta pelo silenciamento de corpos rebeldes, desejos desviantes e subjetividades subalternizadas. Em contraposição às tradições hegemônicas do conhecimento, essa perspectiva compreende as existências LGBTQIAPN+ como produtoras legítimas de saber, capazes de revelar fissuras sociais, denunciar dispositivos de controle e problematizar os regimes de verdade que organizam a vida social na América Latina.

Tal perspectiva desloca o olhar científico tradicional ao reconhecer que os saberes são produzidos em contextos históricos, territoriais e afetivos específicos, atravessados por relações de poder, colonialidade e desigualdades sociais.

Ribeiro (2019) aponta que a Ciência moderna, marcada por referenciais brancos, eurocentrados, cis-heteronormativos e masculinos, historicamente legitimou projetos de exclusão, marginalização e violência. Nesse sentido, direcionar a produção científica para as experiências viadas brasileiras significa romper com modelos universalizantes de conhecimento e ampliar as possibilidades interpretativas sobre os contextos sociais, culturais e espaciais nos quais essas existências se constituem. As dissidências sexuais e de gênero deixam,



assim, de ocupar apenas a posição de objeto de estudo para se afirmarem como sujeitos produtores de epistemologias próprias.

Ao ocupar os espaços acadêmicos com corpos, trajetórias e experiências latino-americanas diversas, a epistemologia viada tensiona a ideia de neutralidade científica e questiona os critérios que definem quais saberes são legitimados. Como nos conta Miez (2024; 2026), a suposta objetividade científica operou, historicamente, como mecanismo de apagamento das marcas sociais, raciais, territoriais e afetivas dos sujeitos envolvidos na produção do conhecimento. Nesse processo, experiências vinculadas a sujeitos racializados, periféricos e generificados foram frequentemente classificadas como irrelevantes ou inadequadas aos parâmetros científicos dominantes.

Uma epistemologia viada à brasileira assume, portanto, uma posição ética, política e afetiva diante da produção do saber. Produzir conhecimento passa a significar disputar narrativas, reivindicar reconhecimento social e enfrentar processos históricos de subalternização. Ao historicizar a cis-heteronormatividade como dispositivo de poder legitimado pela própria Ciência, denunciemos os impactos da colonialidade sobre os modos de viver gênero, sexualidade e masculinidade no Sul Global (Baydoun, 2020; Mazzaro, 2022).

O projeto colonial impôs modelos europeus e cristãos de gênero e sexualidade que reorganizaram as experiências sociais latino-americanas, produzindo o apagamento de outras formas de existência. Nesse contexto, a epistemologia viada emerge como prática de denúncia e enfrentamento das tecnologias coloniais de dominação. A colonialidade não apenas definiu o que seria considerado civilizado, legítimo ou humano, mas também instituiu regimes de saber que patologizaram e marginalizaram corpos e desejos não normatizados.

Produzir conhecimento a partir dessas experiências constitui, portanto, um gesto radicalmente insurgente. A epistemologia viada parte do corpo não como objeto exótico de análise, mas como território legítimo de produção de sentidos. Trata-se de uma forma de conhecimento enraizada na experiência, na memória e nas potências criativas das existências LGBTQIAPN+ (Baydoun, 2020).

Essa perspectiva epistemológica também permite compreender as formas de sofrimento e violência que atravessam as relações de gênero e sexualidade no Brasil e na América Latina. Ao romper com a lógica do silêncio e da vergonha, historicamente utilizadas como mecanismos



de controle sobre vivências dissidentes, a epistemologia viada propõe outras formas de narrar essas existências, reconhecendo suas pluralidades, complexidades e territorialidades.

Não se trata de produzir narrativas vitimizantes, mas de compreender as tramas históricas e socioculturais que constituem subjetividades latino-americanas diversas. Corpos viados, negros, periféricos e feminilizados são simultaneamente alvos de violência estrutural e produtores de resistência, criatividade e desobediência. Ao recusarem os roteiros da masculinidade hegemônica, homens gays brasileiros se veem diante de encruzilhadas que envolvem negociar pertencimentos, enfrentar exclusões ou insurgir-se contra os imperativos coloniais da cis-heteronormatividade.

Esses movimentos, contudo, não são apenas individuais. Butler (2003) e Gonçalves (2023) demonstram que as normas de gênero podem ser tensionadas e resignificadas coletivamente. Há brechas, desvios e estratégias dissidentes capazes de desestabilizar os regimes normativos que organizam linguagem, afetos e espacialidades sociais. A resistência, nesse contexto, constitui também um exercício de criação política e imaginação de outros modos de existir.

Ao recusarem contratos sociais que historicamente lhes negaram reconhecimento, sujeitos fora da norma desorganizam estruturas e ampliam as possibilidades de existência nos territórios latino-americanos. Suas experiências tornam-se simultaneamente denúncia e invenção, exigindo uma ciência capaz de acolher diferenças, afetos e excessos historicamente interditados. A epistemologia viada reivindica, assim, uma produção científica sensível às experiências do Sul Global e comprometida com perspectivas decoloniais sobre gênero, sexualidade e território.

O campo das epistemologias viadas não constitui um conjunto homogêneo de formulações teóricas, mas um espaço de disputas conceituais, políticas e metodológicas. Um dos principais debates diz respeito ao risco de universalizar a experiência gay masculina como representação das dissidências sexuais. Perspectivas transfeministas, negras e indígenas tensionam esse movimento ao argumentarem que sexualidade, raça, classe, território e colonialidade produzem experiências distintas de dissidência, exigindo abordagens interseccionais que evitem novas hierarquizações entre sujeitos marginalizados.



Outra tensão refere-se à relação entre epistemologias viadas e teoria queer. Embora ambas questionem a naturalização das identidades de gênero e sexualidade, a epistemologia viada à brasileira desloca o foco da desconstrução abstrata das categorias para a produção de conhecimento situada nas experiências históricas de homens gays latino-americanos, marcadas pela colonialidade, pelo racismo e pelas desigualdades sociais. Nesse sentido, não se trata apenas de desestabilizar identidades, mas de compreender como elas são produzidas e reguladas em contextos específicos.

Também é importante distingui-la das epistemologias feministas e decoloniais. Das epistemologias feministas, a epistemologia viada compartilha a crítica à pretensa neutralidade científica e a defesa da ciência situada, compreendida como conhecimento produzido a partir de posições sociais concretas. Contudo, seu objeto analítico privilegia os processos de masculinização, a experiência gay e os mecanismos de produção da cis-heteronormatividade. Das epistemologias decoloniais, incorpora a crítica à colonialidade do poder, do gênero e do saber, mas enfatiza como esses dispositivos atuam especificamente na fabricação das masculinidades e na gestão de existências diversas no contexto brasileiro.

Nesse artigo, compreendemos epistemologia viada como um projeto ético, político e metodológico de produção do conhecimento que reconhece corpos dissidentes como sujeitos epistêmicos e toma suas experiências como ponto de partida para interpretar relações de poder. A noção de ciência crítica refere-se ao reconhecimento de que todo conhecimento é produzido a partir de localizações históricas, corporais e territoriais, recusando a ideia de objetividade desincorporada. Já a produção contra-hegemônica designa práticas científicas que confrontam regimes dominantes de validação do conhecimento, denunciando processos de silenciamento, patologização e subalternização, ao mesmo tempo em que legitimam saberes produzidos nas margens. Assim, a epistemologia viada não substitui ou compete com epistemologias feministas, queer ou decoloniais; ela dialoga criticamente com essas tradições, oferecendo uma contribuição específica para compreender as masculinidades gays e as dissidências sexuais na América Latina a partir das condições históricas e culturais brasileiras.

Essa perspectiva desafia a noção de que o pensamento acadêmico deva ser asséptico e desprovido de afetividade. Ao contrário, propõe formas de escrita mais localizadas, autobiográficas e sensíveis, reconhecendo o corpo como espaço legítimo de produção do



conhecimento. Tal abordagem valoriza a complexidade histórica e sociocultural das vivências gays brasileiras, recusando leituras homogêneas ou estereotipadas.

Ao historicizar processos de exclusão, a epistemologia viada evidencia mecanismos estruturais como racismo, patriarcado e colonialidade, que atravessam as trajetórias de homens gays latino-americanos. Compreender essas relações é fundamental para enfrentar hegemonias, ampliar possibilidades de pertencimento e fortalecer políticas de reconhecimento e dignidade para populações subalternizadas.

Além disso, a produção de conhecimento atenta a processos de marginalização possibilita construir análises e dados fundamentais para o desenvolvimento de políticas públicas inclusivas, práticas educativas antidiscriminatórias e ações de enfrentamento às desigualdades sociais (Miez, 2024; 2026). Produzir ciência a partir das dissidências não constitui apenas uma escolha metodológica, mas um compromisso ético e político que reconhece corpos viados como sujeitos históricos, produtores de memória, linguagem e transformação social.

Referências

ADICHIE, Chimamanda. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALENCAR, Claudiana. “Deixar existir a poesia mais selvagem” na tessitura de uma gramática anticolonial. **Suleando conceitos e linguagens: decolonialidades e epistemologias outras**. In: Landulfo, Cristiane, Matos, Doris. (org.). Campinas, SP: Pontes Editores. 9-12, 2022.

ALMEIDA, Fábio. Epistemicídio. **Suleando conceitos e linguagens: decolonialidades e epistemologias outras**. In: Landulfo, Cristiane, Matos, Doris. (org.). Campinas, SP: Pontes Editores. 163-168, 2022.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n.11, ago., 89-117, 2013.

BAPTISTA, Lívia. Colonialidade da linguagem. **Suleando conceitos e linguagens: decolonialidades e epistemologias outras**. In: Landulfo, Cristiane, Matos, Doris. (org.). Campinas, SP: Pontes Editores. 51-58, 2022.



BAYDOUN, Mahmoud. **Não sou nem curto afeminados: Reflexões viadas sobre a efeminofobia nos Apps de pegação.** Salvador: Editoria Devires, 2020.

BOTELHO, Gabriela. Branquitude. **Suleando conceitos e linguagens: decolonialidades e epistemologias outras.** In: Landulfo, Cristiane, Matos, Doris. (org.). Campinas, SP: Pontes Editores. 33-42, 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
CADILHE, Alexandre. Masculinidades em performance. **Suleando conceitos e linguagens: decolonialidades e epistemologias outras.** In: Landulfo, Cristiane, Matos, Doris. (org.). Campinas, SP: Pontes Editores. 239-244, 2022.

CONNELL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, James. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, 21, 241-282, 2013.

DIAS, Juarez; MENDONÇA, Carlos; MEDEIROS, Ettore. Mosaico da viadagem: disputas e conflitos em torno de uma textualidade performático-midiática. **Esferas**, (20), 45-62, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.31501/esf.v0i20.12368>. Acesso em: 05 set. 2026.

FERREIRA, Deise. Afrolatinidade e educação. **Suleando conceitos e linguagens: decolonialidades e epistemologias outras.** In: Landulfo, Cristiane, Matos, Doris. (org.). Campinas, SP: Pontes Editores. 17-24, 2022.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Ed., 1989.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Carlos Henrique. O Contrato De Comunicação Da Extrema Direita E As Batalhas Discursivas Na Pandemia Da Covid19. **Contestando as fronteiras de gênero, raça e sexualidade na sociedade brasileira**, 76, 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano.** Org. RIOS, F.; LIMA M.; Rio de Janeiro: Zahar. 2020.

GREEN, James. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX.** Tradução: Fino, Cristina, Arantes, Cássio. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos.** 2. ed. Brasília, 42p., 2012. Disponível em: https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989. Acesso em: 05 set. 2026.

JODELET, Denise. A alteridade como produto e processo psicossocial. In: Arruda, Angela. (Org.). **Representando a alteridade.** Petrópolis: Vozes, 47-57, 1998.



LOURO, Guacira. Corpo, escola e identidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 25(2): 59-76, jul./dez., 2000.

MAZZARO, Daniel. Sexualidades decoloniais: a latino-americanização dos estudos queer. In: Mendonça e Silva, Cleidimar (org.). **América Latina e língua espanhola: discussões decoloniais**. Campinas: Pontes, 289-313, 2020.

MAZZARO, Daniel. Colonialidade de gênero. **Suleando conceitos e linguagens: decolonialidades e epistemologias outras**. In: Landulfo, Cristiane, Matos, Doris. (org.). Campinas, SP: Pontes Editores. 43-49, 2022.

MIEZ, Walter Aristóteles Oliveira. Descortinando Estudos em Masculinidades: uma análise sobre o catálogo de teses e dissertações da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Psicologia USP**, 35, e210137, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e210137>. Acesso em: 05 set. 2026.

MIEZ, Walter Aristóteles Oliveira. Lugar de fala: colaborações para uma ciência feminista, antirracista e decolonial. **Psicologia USP**, 37, e240155, 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e240155>. Acesso em: 05 set. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

OLIVEIRA, Megg. Seguindo os passos “delicados” de gays afeminados, viados e bichas pretas no Brasil. In Caetano, Márcio, Junior, Paulo (Org.) **De guri a cabra-macho: masculinidades no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 127-145, 2018.

PRADO, Maria; PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto. 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder e clasificación social. In: Castro- Gómez, Santiago, Grosfoguel, Ramón. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del hombre, 93-126, 2007.

RIBEIRO, Katiúscia. **Katiúscia Ribeiro apresenta o conceito de cultura | O Futuro é Ancestral**. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aK9K-jWGygQ&t=1s>. Acesso em: 05 set. 2026.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula editorial, 2019.
RODRIGUEZ, Shay. 2019. Um breve ensaio sobre a masculinidade hegemônica. **Diversidade e Educação**, 7(2), 276-291, 2019.

SANTOS, Emily; SANTANNA, Ygor. Colonialidade do poder. **Suleando conceitos e linguagens: decolonialidades e epistemologias outras**. In: Landulfo, Cristiane, Matos, Doris. (org.). Campinas, SP: Pontes Editores. 59-24. 2022.



SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez., 71-99, 1995.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

TYLOR, Edward. **Cultura primitiva**. Madrid: Ayuso, 1981.

TRINDADE, Zeidi; NASCIMENTO, Adriano. O homossexual e a homofobia na construção da masculinidade hegemônica. In: Souza, Lídio, Trindade, Zeidi (org.). **Violência e exclusão: convivendo com paradoxos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 146-162, 2004.

VERONELLI, Gabriela. La colonialidad del lenguaje y el monolenguajear como práctica lingüística de racialización. **Polifonia**, Cuiabá-MT, v. 26, n.44, 01- 163, out/dez, 2019.